

Prefácio

E, malgré tout, existem os livros

Jorge Ferreira

Confesso, desde já, uma pontinha de emoção ao escrever este Prefácio, para o qual, inesperadamente, o Rui Costa Pinto me convidou. É que, como amigo e também como Advogado, tive a oportunidade de acompanhar os dias difíceis que o Jornalista viveu no complexo período em que esteve confrontado com valores tão importantes como a liberdade de expressão e a segurança, física, entenda-se, das suas fontes de informação, no momento em que procedia a uma das suas investigações jornalísticas. Pude, então, testemunhar os dilemas, as dúvidas, os problemas, os obstáculos, que foram aparecendo à frente de um Jornalista atípico no meio de uma comunicação social que vive, tipicamente, culturalmente e, de uma forma geral, dos paninhos quentes, muitas vezes de arbitrária dualidade de critérios no tratamento editorial dos acontecimentos e demasiadas vezes, para o que seria de desejar numa Democracia digna desse nome, da subserviência ao poder, seja ele qual for.

Essa será, porventura, não o nego, uma dificuldade acrescida para eu falar deste livro. Mas é também um desafio que não enjeito, porque não vai com o meu feitio enjeitar desafios e porque julgo ser meu dever fazê-lo, sem pôr em causa a confiança do amigo e o meu próprio segredo profissional, que, aliás, está na dependência quase soberana do Cliente e, neste caso, do Autor.

O melhor elogio que se pode fazer a este livro, que se lê de um trago, é que o seu título está desatualizado, em certa medida por responsabili-

dade do seu próprio Autor. O tempo em que os chamados voos da CIA eram secretos já lá vai. Quando surgiram as primeiras notícias, era tudo mentira, nem sequer voos tinham existido. Depois, a pouco e pouco, à medida que ia aumentando o volume comunicacional, com catadupas de factos, dados, testemunhos, fotos, passaram a ter existido, mas eram secretos, ninguém sabia de nada. Em seguida, afinal, já sabiam, pelo menos alguns sabiam um bocadinho de alguma coisa. E, estou firmemente convencido, o dia chegará em que se poderá comprovar que muitos sabiam, outros fecharam os olhos ou assobiaram para o lado, pela simples razão de que se provará que não poderiam ter ignorado.

Este livro tem uma enorme vantagem do ponto de vista da análise dos acontecimentos: fornece dados que permitem interpretar a uma nova luz as várias movimentações nos serviços de informações do Estado que foram contemporâneas das diversas escalas de voos da CIA em território português e, simultaneamente, a fluidez política e comunicacional desses factos.

Chegados a este ponto, impõe-se um esclarecimento. Muitas pessoas com quem tenho falado desvalorizam este problema, qual seja o de se preocuparem em saber se houve violação de direitos humanos e eventualmente a prática de crimes no transporte de prisioneiros de arrastão, suspeitos de actividades terroristas, detidos pelas autoridades norte-americanas em várias partes do mundo. Eu não desvalorizo e, creio, ninguém o poderá fazer. Portugal, dizem as Leis, enfim, é um Estado de Direito democrático que assenta no princípio da legalidade. Este, está a cargo desde logo dos Órgãos de Soberania e, do ponto de vista da investigação criminal, do Ministério Público. Numa Democracia não é problema secundário, mas prioritário, assegurar que os Órgãos de Soberania não violam a Lei e que o Ministério Público faz tudo o que pode para investigar a prática de crimes em território nacional, sejam eles praticados por portugueses, sejam por estrangeiros.

Como numa Democracia também não é secundário, mas prioritário, ter a certeza que o escrutínio dos actos do poder pela comunicação social não está dependente de interesses, de combinações, de alianças inconfessáveis, nem sequer de almoços de ocasião e de interesses. Numa sociedade democrática, o escrutínio jornalístico do poder é quase tão importante como o escrutínio institucional. E, acrescento eu, muita da podridão existente no sistema político português parte do entendimento corruptor de que os chamados “consensos de regime” são inescrutáveis. Não são. Os chamados “consensos de regime” podem ser “vacas sagradas” para o PS, o PSD e o CDS se servirem e encobrirem reciprocamente. Mas não o podem ser para os cidadãos, muito menos para a comunicação social.

Este livro coloca problemas muito importantes e actuais: devem ou não os serviços de informações ter mais poderes face à emergência do terrorismo global? A actuação dos serviços é eficaz e transparentemente fiscalizada em Portugal? Existe ou não verdadeira liberdade de informação, designadamente na chamada “imprensa de referência”, supostamente a mais independente e credível? Ou, pelo contrário, assistimos, hoje, a novas práticas censórias, já não com o descarregar brutalizado de um lápis de uma qualquer cor num texto, mas através de meios mais insidiosos e sofisticados? Deve um país como Portugal abdicar da sua soberania cegamente, mesmo em benefício de um aliado e dos seus interesses conjunturais, ainda que se trate do mais poderoso e importante deles?

Trata-se de questões difíceis e complexas que são postas, nuas e cruas, à frente dos olhos dos leitores deste livro.

Por mim, não tenho dúvidas em afirmar que os serviços de informações devem respeitar a Lei, têm por obrigação impedir a sua instrumentalização face a ordens de ocasião do poder político e devem ser eficazmente

fiscalizados pelo Parlamento, coisa que, actualmente, não estou certo que suceda.

Como não tenho dúvidas em afirmar que creio num Portugal independente e soberano, em que cada decisão deve ser ponderada em primeira instância à luz da legalidade e em segunda instância à luz do interesse nacional. Por exemplo, e a título meramente abstracto, tomar decisões ou encobri-las, em funções de Estado para obter fundos estrangeiros para actividades privadas ou condecorações para pendurar nas paredes das salas lá de casa, não me parece uma política mas apenas um devaneio ou um delírio particular. Mereceria investigação profunda e julgamento competente.

Existem exemplos históricos de governantes que não aquiesceram a solicitações dos EUA no passado, sendo insuspeitos de adversários do Atlantismo. Francisco Sá Carneiro, em 1980, e Cavaco Silva, em 1985, tiveram oportunidade de afirmar, em momentos muito concretos, a soberania do Estado português face a interesses norte-americanos do momento. Não só não morreu ninguém, como as relações bilaterais não foram afectadas por esses factos. O que prova que abanar a cabeça, como autómatos, não só não é proibido, como por vezes é a atitude que mais interessa ao Estado e aos interesses que prossegue.

Afirmo também, não apenas pelo que é relatado neste livro, mas pela minha experiência pessoal, que existe hoje uma censura de novo tipo na comunicação social. Interesses vários procuram, hoje, legitimamente condicionar a informação. E a cultura editorial, ilegitimamente, permite-o, sem um pingó de vergonha na cara. Desiluda-se quem pensa que a censura é apenas uma forma institucional de seleccionar a informação. A censura pode ser, e, hoje, é uma actividade difusa, difícil de identificar do exterior,

visto que a inteligência do ‘*lobismo*’ também se apurou, e que quando acaso é descoberta por testemunho próprio, como aconteceu ao Jornalista Rui Costa Pinto, traz atrás de si um preço alto e certo. Normalmente, o preço é ir para a rua, em português corrente. Os jornalistas sabem-no muito bem. E também sabem que é invulgar encontrar a coragem da denúncia de casos concretos, como neste livro, desassombradamente, acontece.

Paradoxalmente, num país que pratica o malsão desporto de inventar conspirações por todo o lado, até para a mísera desgraça de um parafuso que se soltou da parede, é difícil explicar ao cidadão comum o funcionamento efectivo dos mecanismos censórios na comunicação social. Faltam sempre provas. Da conversa a sós, do telefonema particular. Da relação entre a insinuação e o facto. E os responsáveis sabem-no e jogam com isso. A segurança e a tranquilidade com que alguns desses responsáveis me confessaram o funcionamento de mecanismos censórios em casos em que estive directa ou indirectamente envolvido só assim se explicam.

Concedo: é muito desagradável e constrangedor um político ser confrontado com o conhecimento cúmplice (em vão se procurará neste caso um despacho “homologo” ou “autorizo”...) de que seres humanos agrilhoados, acorrentados pelos pés, todos meros suspeitos da prática de crimes e consequentemente presuntivamente inocentes, e muitos deles efectivamente inocentes como posteriormente se tem vindo a provar, foram impunemente passeados em território nacional, nas barbas de polícias, políticos e jornalistas. Politicamente, seria fatal para qualquer político e, no mínimo, criminalmente arriscado.

Felizmente, hoje, existe a Internet, existem novas formas de comunicação que permitem limitar os danos da actividade censória. Mas isso não impede que ela exista. E, não pode impedir, espera-se, que ela seja

devidamente investigada pelas instituições que têm a atribuição de a investigar, esticando assim o manto do silêncio com que, normalmente, se tenta cobrir quem denuncia estas práticas.

E, *malgré tout*, existem os livros. Os livros a que, mais dia menos dia, acabamos todos por regressar. Para apreciar uma expressão estética. Ou para compreender melhor a história. É este o caso de «*Voos 'Secretos' CIA – Nos Bastidores da Vergonha*».

Lisboa, 15 de Outubro de 2008